



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

EDITAL Nº 02, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

A Diretora do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* de Sousa - PB, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº. 6.944, de 21/08/2009, da Presidência da República, publicado no D.O.U de 24/08/2009, e no Decreto nº 7.485, de 18/05/2011, que constitui o Banco de Professores Equivalentes das Universidades Federais e a Lei Nº 12.772/2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, alterada pela Lei Nº 12.863 de 24/09/2013 e de acordo com autorização constante do Processo nº 23096.032004/15-43 torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos destinado a selecionar candidatos para o provimento de 02 (duas) vagas de Professor de 3º Grau, da carreira do Magistério Superior, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Universidade, com carga horária de **40 horas semanais**, em regime de dedicação exclusiva para a área de **Serviço Social**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A seleção, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie, no que couber, será regida pela Resolução nº 04/2014, de 29/08/2014, da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande e pelas normas contidas neste Edital.

1.2. A retribuição do pessoal docente compreende o vencimento ou salário fixado em lei para cada nível, os incentivos funcionais e demais vantagens previstas em lei.

1.3. O processo seletivo compreenderá as 03 (três) fases seguintes: prova escrita e prova didática e exame de títulos, todas de caráter eliminatório.

- a) Participarão da prova escrita os candidatos cujas inscrições forem homologadas;
- b) Participarão da prova didática os candidatos que obtiverem pelo menos 70 (setenta) pontos na prova escrita;
- c) Participarão do exame de títulos os candidatos que obtiverem pelo menos 70 (setenta) pontos na prova didática.

1.4. A seleção será realizada pela Unidade Acadêmica de Direito – CCJS/UFCG.

2. DO CARGO

2.1. Denominação, classe e nível de ingresso: Professor Classe A, Assistente, Nível I.

2.2. Remuneração inicial do cargo: As remunerações serão realizadas conforme o quadro abaixo e de acordo com a Lei nº 12.863 de 24/09/2013, Resolução Nº 04/2014, de 29/08/2014 da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira da Universidade Federal de Campina Grande e conforme disposições contidas no respectivo Edital, disponível no site www.ufcg.edu.br.

| Cargo/Classe/Nível | Regime de trabalho | Remuneração básica (R\$) | Retribuição por titulação (R\$) | Remuneração total (R\$) |
|---|--------------------|--------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| Professor Classe A, Assistente, Nível I | T-40/DE | 4.459,55 | 2.020,25 | 6.479,80 |

2.3. A jornada de trabalho será de quarenta horas semanais, em regime de dedicação exclusiva.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

2.4. O pessoal docente, na qualidade de servidor público, fica submetido ao Regime Jurídico Único e à legislação complementar do Pessoal Civil da União. A lotação de cargos de magistério será feita por Unidade Acadêmica e dimensionada em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em qualquer das jornadas, será respeitada a carga horária mínima semanal de 08 (oito) horas-aula.

3. DAS CONDIÇÕES E REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO E INVESTIDURA NO CARGO

3.1. Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira com situação regular no país;

3.2. Estar em gozo dos direitos políticos;

3.3. Estar quite com as obrigações eleitorais;

3.4. Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

3.5. Apresentar declaração de não acumulação de cargo ou emprego público (De acordo com o § 3º do art. 118 da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e da Lei Nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade);

3.6. Apresentar declaração de bens e valores patrimoniais.

§ 1º Os documentos comprobatórios relacionados no item 03 serão exigidos de todos os candidatos no ato da inscrição, exceto os discriminados nos subitens "3.5" e "3.6", que deverão ser apresentados apenas pelos candidatos convocados para nomeação.

§ 2º A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 03 impedirá a posse do candidato.

§ 3º Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no concurso.

4. DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

4.1. A Guia de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais). Para tanto, o candidato deve acessar o endereço eletrônico: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp e preencher a GRU - Guia de Recolhimento da União, colocando o código da Unidade Favorecida 158198; Gestão 15281, Código do Recolhimento 28.883-7 e vencimento 26/02/2016, inserir o número do CPF e o nome do candidato, além do valor da taxa, concluindo com a emissão da GRU para pagamento exclusivamente no Banco do Brasil.

4.2. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído em nenhuma hipótese.

4.3. O candidato oriundo de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008 e Decreto nº 6.135, de 26/06/2007, que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e deseje solicitar isenção da taxa de inscrição deverá fazê-lo até o dia **18 de fevereiro de 2016**, através de requerimento disponível nos anexos deste Edital e no endereço eletrônico www.ufcg.edu.br e www.ccjs.ufcg.edu.br.

4.4. O requerimento deve ser entregue e protocolado no local de inscrição e a resposta sobre o deferimento ou não, será divulgado no endereço eletrônico www.ccjs.ufcg.edu.br e no quadro de aviso da Unidade Acadêmica de Direito no dia **22 de fevereiro de 2016**.

4.5. O candidato cujo pedido de isenção tiver sido indeferido, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição e entregar através de protocolo no local de inscrição, ou enviar via Correio, por SEDEX, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

comprovante original do depósito bancário no valor da taxa de inscrição conforme especificado no subitem 4.1, até o dia 26/02/2016, último dia de inscrição do concurso.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão realizadas por via postal, na forma de SEDEX, pessoalmente ou por procuração, com firma reconhecida, no período de **28 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016**.

5.2. O horário de atendimento para recebimento das inscrições será das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no Protocolo Setorial do CCJS, situado à Rodovia Antonio Mariz, s/n, BR-230, Km 466,5, Sítio Fazenda Cesário - Sousa-PB. Informações adicionais sobre o concurso objeto deste edital podem ser obtidas na Unidade Acadêmica de Direito/CCJS/UFCG, campus de Sousa-PB, através do telefone: (83)3521-3267. As inscrições realizadas por via postal, na forma de SEDEX, deverão ter a data e hora de postagem, dentro do prazo definido nos itens 5.1 e 5.2 e deverão ser remetidas para o endereço acima mencionado.

5.4 O candidato apresentará no ato da inscrição:

- a) Comprovante original de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
- b) Requerimento de inscrição assinado pelo candidato, dirigido ao Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica de Direito, conforme modelo anexo a este Edital;
- c) Fotocópia legível e autenticada do título de eleitor e do comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- d) Fotocópia legível e autenticada do comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);
- e) Fotocópia legível e autenticada do passaporte, com visto, de acordo com as normas do Serviço Nacional de Imigração (para estrangeiros);
- f) Fotocópia legível e autenticada da Carteira de Identidade e do CPF;
- g) Declaração de que tem conhecimento e aceita as condições e normas estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento, e na Resolução Nº 04/2014, de 29/08/2014, da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira do Conselho Universitário da UFCG, disponíveis na Unidade Acadêmica e na Internet (www.ufcg.edu.br), conforme modelo anexo a este Edital.

5.5 Os documentos apresentados conforme as exigências do subitem 5.4. ficarão em poder da Unidade Acadêmica de Direito, não cabendo devolução.

5.6 A inscrição por procuração só poderá ser realizada presencialmente e o procurador do candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, original da procuração, além de cópia autenticada do documento de identidade, que serão parte integrante do processo de inscrição.

5.7 Não será permitida inscrição condicional e nem admitida complementação documental fora do prazo de inscrição, salvo se a Comissão Examinadora, em caso de dúvida, exigir do candidato documentos que comprovem a veracidade ou autenticidade de peças processuais entregues no ato da inscrição.

Os prazos regulamentares do Concurso estão discriminados no Anexo I deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

6. DA ÁREA, TITULAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA E VAGAS

6.1. A seleção será realizada pela Unidade Acadêmica de Direito, para a área de conhecimento objeto do concurso, regime de trabalho, classe, número de vagas e titulação acadêmica mínima exigida, especificadas na tabela abaixo:

| Área de Conhecimento | Regime de Trabalho | Classe | Vagas | Titulação Acadêmica Mínima Exigida |
|----------------------|--------------------|------------|----------|---|
| Serviço Social | T-40/DE | Assistente | 02(duas) | I) Graduação em Serviço Social ; II) Mestrado em Serviço Social ou áreas afins |

6.2. Serão aceitos, para comprovação de graduação, diplomas de graduação, diplomas de pós-graduação *strito sensu* emitidos por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação do Brasil.

7. DAS PROVAS

7.1. Local de realização: Central de Aulas do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – UFCG, situado à Rodovia Antônio Mariz, s/n, BR-230, KM 466,5, Sítio Fazenda Cesário, Sousa-PB.

7.2. Período de realização das Provas: 11/04/2016 a 15/04/2016.

- a) Prova Escrita: 11/04/2016 (08h00min na Central de Aulas Bloco I).
- b) Sorteio do ponto da Prova Didática: 12/04/2016 (08h00min na Central de Aulas – Bloco I).
- c) Prova Didática: 13/04/2016(08h00min na Central de Aulas – Bloco I)..
- d) Prova de Títulos: 15/04/2016.

7.3. Todas as etapas das provas serão avaliadas por uma Comissão Examinadora composta por três professores, com titulação igual ou superior à exigida no concurso, sendo um dos membros pertencente à outra Instituição de Ensino Superior.

7.4. A prova escrita consistirá na dissertação do tema sorteado a partir do programa e terá duração de 04 (quatro) horas. No julgamento da prova escrita serão considerados os seguintes critérios: 1) domínio do assunto (peso 06); 2) estruturação coerente e desenvoltura do texto (peso 02); 3) clareza e precisão de linguagem (peso 02).

- a) Caberá a interposição de recurso da Prova Escrita, por escrito e devidamente fundamentado, dirigido ao Conselho Administrativo do Centro, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado da prova.
- b) O Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica, ciente do recurso, deverá conceder direito à participação do candidato na etapa seguinte do concurso até o julgamento pelo Conselho Administrativo.

7.5. A prova didática que será realizada em sessão pública, porém vedada a participação dos demais candidatos concorrentes no mesmo concurso, será gravada para efeito de registro e avaliação, conforme determina o Decreto 6.944 de 21 de agosto de 2009 em seu artigo 13 § 3º, e o Parágrafo Único do Art. 19 da Resolução Nº 04/2014, de 29 de agosto de 2014, da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, e consistirá em aula teórica com duração de 50 minutos referente ao tema sorteado do programa.

7.6. A critério da Comissão Examinadora, o sorteio do tema da prova didática poderá ser antecipado ou adiado em função do número de participantes na prova escrita.

7.7. O tema da prova didática, constante do programa, será sorteado, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes do seu início, sendo excluído do referido sorteio aquele que tenha sido objeto da prova escrita.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

7.8. A chamada para realização da prova didática obedecerá à ordem do sorteio, que deverá ser rigorosamente seguida sob pena de eliminação do candidato.

7.9. O candidato deverá comparecer a prova didática 01 (uma) hora antes do horário determinado, pois, caso haja alguma desistência, a ordem dos candidatos poderá ser antecipada.

7.10. No momento da realização da prova didática, os candidatos deverão entregar cópia do plano de aula a cada um dos membros da Comissão Examinadora.

7.11. Após o término da apresentação, a Comissão Examinadora terá, se julgar necessário, até 15 (quinze) minutos para arguir o candidato acerca do tema objeto da prova.

No julgamento da prova didática serão avaliados os seguintes critérios: 1) domínio do tema sorteado (peso 04); 2) estrutura coerente do plano de aula (peso 01); 3) execução do plano de aula (peso 01); 4) clareza e desenvoltura da exposição (peso 02); 5) comunicação e uso de técnicas didáticas (peso 01); 6) cumprimento do tempo de aula (peso 01).

a) Caberá a interposição de recurso da Prova Didática, por escrito e devidamente fundamentado, dirigido ao Conselho Administrativo do Centro, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado da prova.

b) O Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica, ciente do recurso, deverá conceder direito à participação do candidato na etapa seguinte do concurso até o julgamento pelo Conselho Administrativo.

7.13. Caso não haja tempo suficiente para todos os candidatos aprovados na prova escrita ministrarem a aula didática em um único dia, as notas referentes à prova didática daqueles candidatos que ministraram aulas naquele dia serão divulgadas no final do dia, nos termos do Decreto Nº 6.944, de 21/08/2009.

7.14. O Exame de Títulos será realizado como etapa posterior à prova didática, em horário a ser definido pela Comissão Avaliadora.

7.15. Os candidatos aprovados na prova didática terão o prazo de até 02 (duas) horas, após a divulgação do resultado desta etapa na Secretaria da Unidade Acadêmica de Direito – CCJS/UFCG, para apresentar o *currículo Lattes* acompanhado de documentação comprobatória;

7.16. Caso o resultado da prova didática seja divulgado após as 17h, o prazo para apresentação do *currículo Lattes* documentado iniciará às 8h00min do dia subsequente.

7.17. O servidor designado pela Unidade Acadêmica para receber a documentação exigida no subitem “7.15.”, o fará mediante a apresentação dos originais, conferindo e autenticando todas as páginas que lhe forem entregues, rubricando-as e numerando-as à vista do candidato, além de listar o material não textual.

7.18. Os documentos apresentados conforme as exigências do subitem “7.15.” ficarão em poder da Unidade Acadêmica até o término do certame, e serão restituídos aos candidatos não aprovados, mediante requerimento formal à Unidade Acadêmica, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias da data da homologação do resultado pelo Conselho Administrativo do Centro ou o trânsito em julgado de recursos contra a homologação do resultado final. Após esse prazo, os documentos dos candidatos não aprovados serão destruídos.

7.19. A avaliação de que trata o subitem “7.14.” constará da apreciação dos documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos, que serão pontuados segundo a Tabela de Pontos anexa à Resolução nº 04/2014 da Câmara de Gestão Administrativo-Financeira - UFCG, pela Comissão Examinadora, em conjunto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

7.20. A nota final de cada candidato será igual à média ponderada das notas obtidas nas provas escrita e didática e no exame de títulos, observados os seguintes pesos: Prova escrita (peso 03); Prova didática (peso 04) e Exame de Títulos (peso 03).

7.21. Em caso de empate, observado o disposto na Lei nº 10.741 de 01/10/2003, serão consideradas as seguintes outras prioridades: a) maior nota na prova didática; b) maior nota na prova escrita e c) maior nota no exame de títulos.

7.22. Durante a realização das provas não será permitida a utilização de aparelhos celulares. Na prova escrita é vedado o uso de equipamentos audiovisuais, bem como de qualquer material escrito para consulta.

8. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

8.1. A nomeação dos candidatos fica condicionada à comprovação dos requisitos para a investidura nos cargos especificados no item 03 deste Edital.

8.2. A posse dos candidatos nomeados dar-se-á pela assinatura do Termo de Posse e ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

8.3. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo especificado no item anterior.

8.4. Quando da posse, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, o devido diploma (reconhecido ou revalidado, expedido por instituição de ensino superior nacional ou estrangeira) correspondente à titulação acadêmica mínima exigida, de acordo com a tabela constante do subitem 6.1, acompanhado dos demais documentos exigidos, sob pena de impedimento desta.

O docente terá 15 (quinze) dias contados da data da posse para entrar em exercício, sendo passível de exoneração aquele que não obedecer a esse prazo.

8.6. Os nomeados e empossados exercerão a docência na Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, com sede no Município de Sousa-PB.

8.7. Os nomeados assumem o compromisso de fixar residência no Município de Sousa-PB.

8.8. Regime Jurídico do cargo a ser provido: os nomeados serão regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

8.9. Considerando a reestruturação da carreira docente, o ingresso na Instituição será conforme o disposto na Lei 12.722, de 28.12.2012, publicada no DOU de 31.12.2012.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Às pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais será assegurado o direito de inscrição no concurso público previsto neste Edital, dele participando em igualdade de condições com os demais candidatos, desde que a deficiência ou necessidade apresentada seja compatível com as atividades do cargo para o qual concorre.

9.2. Os candidatos citados no item anterior deverão apresentar, no ato da inscrição, declaração da especificidade da deficiência, submetendo-se, quando convocados, à perícia médica por junta médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato, como portador de deficiência, e a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo.

9.3. O candidato amblíope ou cego deverá solicitar por escrito, à Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica, até o último dia de inscrição, a confecção da prova especial ampliada (especificando o tipo de grau para a ampliação) ou o acompanhamento por monitor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

9.4. O candidato que não fizer a solicitação prevista no item anterior, no prazo mencionado e seja qual for o motivo alegado, não terá a prova preparada, ficando impossibilitado de a ela se submeter e, portanto, excluído do concurso.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O período destinado à realização de todas as etapas do concurso público previsto neste Edital será de 60(sessenta) dias, no mínimo, a contar da publicação do Edital.

Os prazos regulamentares do Concurso estão apresentados no Anexo I deste Edital.

10.2. Após a publicação deste Edital no DOU, o mesmo, acompanhado de informações complementares e dos formulários correspondentes a Declaração de conhecimento e aceitação das normas do concurso e do Requerimento de Inscrição, estará disponível na internet (www.ufcg.edu.br).

10.3. Sendo necessário o adiamento do concurso por motivos relevantes, a Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica divulgará novo calendário para o certame com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da primeira prova.

10.4. Somente se submeterão às provas os candidatos que tiverem suas inscrições homologadas.

10.5. Todas as etapas do concurso público previsto neste Edital serão realizadas no *campus* de Sousa-PB.

10.6. Os resultados de cada etapa do concurso serão afixados em espaço adequado e próprio na Secretaria da Unidade Acadêmica e/ou no local de realização das provas, constante do subitem "7.1."

10.7. O concurso objeto deste Edital terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da publicação da homologação do concurso pelo Diário Oficial da União, sendo possível renovação por igual período, nos termos do no Decreto no. 6.944, de 21/08/2009.

10.8. Não será fornecido ao candidato qualquer documento ou certidão como comprovante de classificação no concurso, valendo para este fim o Edital de Homologação publicado no Diário Oficial da União.

10.9. A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do concurso.

10.10. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de acordo com anexo II do Decreto Nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do §3º do Art. 16 do Decreto Nº 6.944/2009

10.11. Os candidatos aprovados no Concurso Público regido por este edital poderão ser aproveitados por outros órgãos da administração pública federal, respeitados os interesses da Universidade Federal de Campina Grande, a ordem de classificação e a legislação vigente.

10.13 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar, pelo Diário Oficial da União, a publicação dos atos e editais referentes ao concurso previstos neste Edital, bem como outras informações que serão divulgadas pela Unidade Acadêmica no site www.ccjs.ufcg.edu.br e/ou em suas dependências.

10.14 O resultado final do concurso, após a homologação pelo Conselho Administrativo do Centro, será publicado no site da Instituição, endereço eletrônico www.ufcg.edu.br e/ou na página do CCJS, endereço www.ccjs.ufcg.edu.br, pela Diretora de Centro, cabendo recurso à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira do Conselho Universitário da UFCG, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

10.15 Concluído o prazo de que trata o subitem “10.14.” e não havendo recursos interpostos, o Diretor do Centro publicará a homologação do resultado final no Diário Oficial da União - DOU.

10.16 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora do concurso.

Jônica Marques Coura Aragão
Diretora do CCJS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

ANEXO I DO EDITAL Nº 02, DE 21 DE JANEIRO DE 2016
PRAZOS REGULAMENTARES

| DAS INSCRIÇÕES | | |
|--|--|--|
| ETAPAS | RESPONSÁVEL | PRAZO |
| Inscrição de Candidatos no Protocolo Geral da UFCG | Candidato | 28 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016 |
| Prazo final para solicitação de isenção do valor da taxa de inscrição | Candidato | 28 de janeiro a 22 de fevereiro de 2016 |
| Divulgação da resposta à solicitação de isenção do valor da taxa de inscrição | Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito | 26 de fevereiro de 2016 |
| Verificação de aceitabilidade das Inscrições | Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito | Até 05 (cinco) dias úteis após encerramento da inscrição |
| Interposição de Recurso contra Indeferimento de Inscrição ao CONSAD/CCJS | Candidato | Até 05 (cinco) dias úteis após divulgação da etapa acima |
| Homologação dos Pedidos de Inscrição e Julgamento de Recursos | CONSAD/CCJS | Até 05 (cinco) dias úteis após entrada do Processo na Secretaria do Centro |
| Interposição de Recurso contra decisão do CONSAD sobre os Pedidos de Inscrição e Julgamento de Recursos, à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira | Candidato | Até 05 (cinco) dias úteis após publicação da decisão da etapa acima |
| DA COMISSÃO EXAMINADORA | | |
| Arguição de impedimento de Membros da Comissão Examinadora perante o CONSAD/CCJS | Candidato | Até 05 (cinco) dias úteis após o último dia do período de inscrições |
| Interposição de Recurso contra decisão do CONSAD/CCJS sobre Pedidos de Arguição de Impedimento à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira | Candidato | Até 05 (cinco) dias úteis após ciência do resultado da etapa acima |
| DO CONCURSO | | |
| Realização do Concurso | Comissão Examinadora | 11 a 15 de abril de 2016. |
| Interposição de Recurso junto ao CONSAD contra o resultado da prova escrita | Candidato | Até 02 (dois) dias após a divulgação do resultado da Prova Escrita |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

| | | |
|--|--|---|
| Interposição de Recurso junto ao CONSAD contra o resultado da prova didática | Candidato | Até 02 (dois) dias após a divulgação do resultado da Prova Didática |
| Relatório Conclusivo dos Resultados do Concurso à Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito | Comissão Examinadora | Até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado do concurso |
| Apreciação pela Assembleia da Unidade Acadêmica e encaminhamento ao CONSAD do Relatório Conclusivo do Concurso | Coordenação Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito | Até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do Relatório |
| Homologação do Resultado do Concurso | CONSAD/CCJS | Até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do Relatório |
| Interposição de Recurso Contra o Resultado Final do Concurso à Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira | Candidato | Até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação e conhecimento da decisão acima |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

ANEXO II DO Edital nº 02 DE 21 DE JANEIRO DE 2016
COMISSÃO EXAMINADORA, PROGRAMA E REFERÊNCIAS.

Concurso Público de Provas e Títulos para a carreira do Magistério Superior

CLASSE: Assistente

REGIME DE TRABALHO: T-40/DE

ÁREA DE CONHECIMENTO OBJETO DO CONCURSO: Serviço Social

TITULAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA: Graduação em Serviço Social e **mestrado** na área objeto do concurso ou áreas afins

NÚMERO DE VAGAS: 02 (duas)

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

| Função | Comissão Examinadora | Titulação | Instituição |
|---------------|---|------------------|--------------------|
| Presidente | Maria da Conceição Silva Félix | Mestre | UFCG |
| Titular | Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa | Mestre | UFCG |
| Titular | Gilcélia Batista de Góis | Doutora | UERN |
| Suplente | Maria Clariça Ribeiro Guimarães | Mestre | UFCG |
| Suplente | Luan Gomes dos Santos de Oliveira | Mestre | UFCG |
| Suplente | Erlane Bandeira de Melo | Doutora | UFPB |

* Os professores da Comissão Examinadora (titulares e suplentes) relacionados no quadro acima foram aprovados na modalidade "ad referendum" pela Coordenadora Administrativa da UAD/CCJS - UFCG, no dia 06 de outubro de 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

PROGRAMA

- 1) As matrizes teórico-metodológicas utilizadas pelo Serviço Social brasileiro da sua gênese à contemporaneidade;
- 2) Fundamentos ontológicos e sociohistóricos da ética: O debate no Serviço Social;
- 3) As abordagens teóricas da questão social e suas especificidades no Brasil;
- 4) Crise do capital e suas particularidades no Serviço Social brasileiro;
- 5) A formação dos/as assistentes sociais e os impactos socioprofissionais decorrentes das especificidades da conjuntura contemporânea;
- 6) A produção do conhecimento com ênfase nas tendências teórico-metodológicas da pesquisa no Serviço Social;
- 7) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seus reflexos no contexto brasileiro;
- 8) Particularidades do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Brasil;
- 9) O Projeto Ético Político hegemônico no Serviço Social: Contradições, tensões e desafios contemporâneos;
- 10) Surgimento, formação e institucionalização do Serviço Social no Brasil: Demandas e respostas profissionais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Ética: fundamentos sócio históricos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.4).
- BONETTI, Dilséia A. et. al. (orgs.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 1996.
- BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Projeto Ético- político do Serviço Social e política social**. IN: Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço Social).
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Atitude investigativa e prática profissional**. IN: A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2009.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: Os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. 1ª edição. Papel Social, Campinas: SP, 2013.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- COSTA, Lúcia C. de. **Modernidade, civilização e barbárie na ordem do capital: a sociedade brasileira em discussão**. Revista Temporalis. Ano V, n10, jul/dez 2005. Recife: EDUFPE, 2006.
- GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições da prática profissional**. Serviço Social e Sociedade, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

- LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo Cortez, 1991.
- MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.
- MONTAÑO, C. E. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução. São Paulo. Cortez. 1998.
- MOTA, Ana Elizabete. **Questão social e Serviço Social**: um debate necessário. IN: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: Elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Das Ameças à Crise**. In: Revista Inscrita. CFESS. Brasília, 2007.
- _____. **O Movimento de Reconceituação- 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. IN: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. 3ª Ed. São Paulo: Cortez. Brasília /DF: OPAS, OMS. Ministério da Saúde, 2008.
- PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PONTES, Reinaldo. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Módulo IV. Brasília: UNB, 2000.
- REIS, Marcelo Braz M. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. IN: Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. IN: Revista Inscrita nº10, 2007.
- SANTOS, Silvana Mara de Moraes. **Questões e desafios da luta por direitos**. IN: Revista Inscrita nº10, 2007.
- SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. (Coleção questões da nossa época; v.132). São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca básica de Serviço Social; v.6).
- SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social**: da formação acadêmica à prática profissional. In: Revista Katalisys. Florianópolis, 2007. v. 10, n. esp. p. 64-72.
- SILVA, Marcela Mary. **A materialização do Projeto ético-político do Serviço Social**. Campinas: São Paulo. Editora Papel Social, 2012.
- SILVA, Cláudia Gomes. **Serviço Social e reestruturação produtiva**: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. Serviço Social e Sociedade, nº 94. São Paulo: Cortez, 2008.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SOUSA, Adrianyce A. S de. **Pós-modernidade**: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? Revista Temporalis. Ano V, nº10, jul/dez 2005. Recife: EDUFPE, 2006.
- SPOSATI, Aldaísa. **Pesquisa e produção do conhecimento no campo do Serviço Social**. In: Revista Katalisys. Florianópolis, 2007. v. 10, n. esp. p. 15-25.
- TONET, Ivo. **Modernidade, Pós-modernidade e razão**. Temporalis. Ano V, nº10, jul/dez 2005. Recife: EDUFPE, 2006.
- _____. **O pluralismo metodológico**: um falso caminho. Serviço Social e Sociedade, nº48. São Paulo: Cortez, 1995.
- VÁSQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização, 1997.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS NORMAS DO CONCURSO

Eu, _____, residente
à _____,
nº _____, Complemento: _____, Bairro: _____,
CEP _____, na cidade de _____, UF: _____,
Telefone residencial (____) _____ e telefone celular (____) _____, E-mail:
_____ portador da Carteira de Identidade nº _____, Órgão
Expedidor: _____, CPF nº _____, DECLARO, para os devidos fins
de Direito, que tenho pleno conhecimento e aceito as normas e instruções do Concurso Público de
Provas e Títulos para Professor Assistente, Classe A, Nível I, da Unidade Acadêmica de Direito, do
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, no qual me
inscrevi para concorrer a uma vaga na área de **Serviço Social**, conforme Edital nº 02, de 21 de
janeiro de 2016, disponível na página www.ufcg.edu.br.

Sousa, ____ de _____ de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilma. Coordenadora Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito CCJS/UFCG,

Eu, _____,
residente _____ à

_____,
nº _____, Complemento: _____, Bairro: _____,

CEP _____, na cidade de _____, UF: _____,

Telefone residencial (____) _____ e telefone celular (____) _____, E-mail:

_____ portador da Carteira de Identidade
nº _____

_____, Órgão Expedidor: _____, CPF nº _____,

vem requerer, a Vossa Senhoria, inscrição no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente, Classe A, Nível I, da Unidade Acadêmica de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, para concorrer a uma vaga na área **Serviço Social**, conforme Edital nº 02, de 21 de janeiro de 2016, disponível na página www.ufcg.edu.br.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Sousa, ____ de _____ de 2016.

Procurador (a):

RG _____, CPF _____, Telefone _____

Endereço: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Ilma. Coordenadora Administrativa da Unidade Acadêmica de Direito CCJS/UFCG,

Eu, _____,
residente _____ à
_____, nº
_____, Complemento: _____, Bairro: _____,
CEP _____

_____, na cidade de _____, UF: _____,
Telefone residencial (____) _____ e telefone celular (____) _____, E-mail:

_____ portador da Carteira de Identidade
nº _____, Órgão Expedidor: _____, CPF nº _____,
solicito, nos termos do Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, isenção do valor da taxa de
inscrição do concurso público de provas e títulos para Carreira do Magistério Superior regido pelo
Edital CCJS Nº 02, de 21 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia
____/____/____ de 2016, para concorrer a uma vaga na área **Serviço Social**. Para tanto, declaro estar
inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com o Número
de Identificação Social - NIS _____, e que atendo a condição
estabelecida no inciso II do caput do artigo 1º do Decreto acima referido (família de baixa renda).
Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade. No caso de declaração falsa, declaro estar ciente de que estarei sujeito às sanções
previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº
83.936, de 6 /09/1979.

Sousa, _____ de _____ de 2016.
